CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

BAHIA AD ARCAM REVERSA

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
FL. 38
SERVIDOR 6046
MAT.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Projeto de Lei N° 212/2014
Autor: Leo Prates
Ementa: Considera de utilidade pública municipal a Associação Comunitária Espaço Educar.

RELATÓRIO

A proposição em análise tem o escopo de considerar de Utilidade Pública Municipal a associação Comunitária Espaço Educar.

O autor apresenta no projeto os documentos comprobatórios das exigências contidas em legislação específica.

Recepcionado em Sessão Ordinária, em 14 de Outubro de 2014, nos termos do Regimento Interno, o projeto foi encaminhado ao Setor de Análise e Pesquisa, que após análise quanto à duplicidade e documentação solicitada em lei, concluiu que o mesmo preenche os requisitos da legislação (relatório à fl. 37).

Na justificativa, o autor ressalta as atividades ofertadas pela instituição como por exemplo: prestar inestimável serviço à comunidade, tendo como finalidade oferecer pleno desenvolvimento integral à criança e ao adolescente, promovendo assistência social, serviço de creche- escola, educação, segurança alimentar e nutricional em complemento à ação da família e da comunidade.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Sobre a competência do legislador municipal para tratar da matéria em questão, dispõe a Constituição Federal:

> Art. 30 Compete aos municípios:
>
> I - Legislar sobre assuntos de interesse local
>
> (...)

O assunto também é tratado nos arts. 44 e 46 da Lei Orgânica do Município de Salvador e nos arts. 13, III e 161 da Resolução 910/91 - Regimento Interno.

O autor apensou à proposição cópia dos documentos comprobatórios dos requisitos exigidos na Lei 5.391/98, alterada pela Lei 6.246/02, que são: personalidade jurídica; efetivo e contínuo funcionamento há mais de 12 (doze) meses; não ter fins lucrativos; prestação de contas do último exercício financeiro e gratuidade das funções de seus dirigentes.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
FL. 39
SERVIDOR 6046
MAT.

VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão manifestar-se quanto à constitucionalidade, legalidade e juridicidade das matérias que nos forem apresentadas para exame, nos termos do art. 61, inciso II do Regimento Interno.

A proposição em tela encontra-se em conformidade com o texto constitucional, atende aos requisitos determinados na legislação municipal (Lei 5.391/98), ao disposto no Regimento Interno desta Casa e à boa técnica legislativa (Lei Complementar 95/98).

Ante o exposto, opinamos pela **regular tramitação** do Projeto de Lei N° 212/2014.

Sala da Comissão, em 03 de novembro de 2014

Kiki Bispo
Relator
Presidente da CCJ

Eron Vasconcelos
Vice-Presidente

Cláudio Tinoco

Alfredo Mangueira

Geraldo Júnior

Waldir Pires

Leo Prates